



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 17 de outubro de 2024.

Ao
Sr. Herbert Correia Barros
Advogado do Município

Ref. Concorrência Eletrônica nº 04/2024

Venho através deste encaminhar os seguintes documentos:

- Recurso Administrativo interposto pela empresa JM ENGENHARIA LTDA
- Contrarrazão de Recurso apresentado pela empresa APC ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI.

Diante da necessidade em dar continuidade ao processo licitatório já citado, solicito ao procurador do município que faça manifestação, através da emissão de seu parecer jurídico.

Segue dos documentos acima citados.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

JM ENGENHARIA LTDA

Senhor Pregoeiro: A verificação de que o preço lote pode ser exequível, o desconto realizado pela empresa ganhadora chega a 33 por cento, é importante para garantir que a Administração não terá problemas futuros com a empresa, como pedido de reequilíbrio financeiro, inexecução ou baixa qualidade de serviços. A mesma não apresenta dados e documentos que comprovem que seus custos e coeficientes de produtividade são compatíveis com o valor do objeto contratado.



**ILMOS. SRS. MEMBROS DA EQUIPE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - PARANÁ**

Ref.: Processo Licitatório nº 063/2024

Concorrência Eletrônica nº 04/2024

APC ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRA EIRELI, doravante denominada **APC**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.290.750/0001-92, com sede na Travessa Paulo Leminski, nº 38, Jardim Urbano, Palotina/PR, CEP: 85950-000, neste ato representado por seu sócio administrador ao final assinado, comparece respeitosamente, com base no art. art. 165, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e no item 20.3 do Edital em epígrafe, para apresentar

CONTRARRAZÕES

a recurso administrativo interposto pela empresa **JM Engenharia LTDA** (daqui em diante apenas "**JM**"), em face de decisão – acertadamente tomada por esta equipe especial de licitação – que declarou a APC vencedora do certame.

A P C – ESTRUTUTAS METÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRA EIRELI

Travessa Paulo Leminski, 38 – Jardim Urbano

PALOTINA/PR – 85950-000

FONE: (44)3199-9225

e-mail: contato@apcengenharia.com

APCENGENHARIA.COM

CNPJ: 36.290.750/0001-92

IE: 90.839.980-30

I. Tempestividade

1. A tempestividade das presentes contrarrazões resta comprovada, uma vez que o prazo para realizar o seu protocolo é de 3 (três) dias úteis contados da data final do prazo do recorrente, nos termos do art. 165, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com a previsão editalícia específica:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

20.3 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

2. Com isso, considerando a data de interposição do Recurso Administrativo em 11/10/2024, tem-se que o prazo conferido à **APC** se encerrará somente em 16/10/2024.

3. Daí porque as presentes contrarrazões se mostram plenamente tempestivas.

II. Síntese

4. A **APC** foi legítima e apropriadamente classificada e habilitada no procedimento licitatório em questão, uma vez que apresentou proposta válida, exequível, e em condições manifestamente mais vantajosas, assim como documentação livre de vícios insanáveis que impedissem a declaração de sua vitória no certame, em atenção aos princípios da vinculação ao edital e da supremacia do interesse público. Daí porque o recurso interposto pela **JM** não merece acolhimento.

III. Fatos

5. Atendendo aos termos do Edital da Concorrência Eletrônica nº 04/2024, a **APC** compareceu ao certame em epígrafe e apresentou proposta objetivando sua contratação, pela Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR.

6. Após regular análise das propostas, a Recorrida restou classificada na primeira posição, ao apresentar oferta final em valor exequível e visivelmente mais vantajoso:

| CLASSIFICAÇÃO | | | | | | |
|----------------------------------|-----|--------------------|----------------|--------------|---------|-----|
| Razão Social | Num | Documento | Oferta Inicial | Oferta Final | Dif.(%) | ME |
| 1 APC ESTRUTURAS METALICAS E | 543 | 36.290.750/0001-92 | 140.000,00 | 96.500,00 | | Sim |
| 2 JOAB LOURENCO COSTA | 542 | 11.419.869/0001-91 | 145.284,76 | 96.950,00 | 0,47 | Sim |
| 3 FLANT CONSTRUTORA LTDA | 265 | 46.570.531/0001-10 | 145.284,76 | 98.800,00 | 1,91 | Sim |
| 4 JM ENGENHARIA LTDA | 573 | 32.107.936/0001-85 | 145.284,76 | 120.000,00 | 21,89 | Sim |
| 5 ECO POLO ENGENHARIA EIRELLI ME | 823 | 24.126.605/0001-91 | 145.284,76 | 122.800,00 | 2,33 | Sim |
| 6 JP METALURGICA LTDA | 680 | 28.563.124/0001-02 | 145.000,00 | 125.000,00 | 1,79 | Sim |
| 7 RPM ENGENHARIA E OBRAS LTDA | 300 | 29.420.492/0001-56 | 145.284,76 | 138.300,00 | 10,64 | Sim |
| 8 C.JNOBRE CONSTRUTORA DE OBRAS | 696 | 20.127.698/0001-18 | 145.284,76 | 143.831,91 | 4,00 | Sim |

7. Inconformada, a **JM**, que ocupava apenas a quarta colocação, interpôs Recurso Administrativo questionando a exequibilidade da proposta final da Recorrida e, consequentemente, a decisão que declarou a vitória da **APC**.

8. Entretanto, os argumentos recursais não procedem, na medida em que não há inexecutabilidade na proposta final da **APC**, restando perfeitamente adequada aos termos do Edital, de modo que sua classificação e vitória foram acertadas.

IV. Mérito

IV.1. Existência de regra objetiva quanto à exequibilidade de propostas.

9. O inconformismo da empresa **JM** está baseado em argumentos frágeis que dizem respeito, em síntese, à suposta inexecutabilidade da proposta final apresentada.

10. Nada obstante, há, no próprio instrumento convocatório regras objetivas quanto à verificação de exequibilidade de propostas:

11.1 – Encerrada a etapa de negociação o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, verificará a exequibilidade da proposta nos termos dispostos no artigo 11 do decreto municipal nº 051/2023, e, procederá à aferição do atendimento às condições de habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

11.2 Caso haja indícios de inexecuibilidade da proposta classificada em primeiro lugar, inclusive quando o menor preço for inferior a 50% do valor orçado pela Administração, o Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de justificativa do preço apresentado pelo participante, com composição, se for o caso, bem assim poderá realizar diligências, para aferir se o preço proposto é exequível.

11. Note-se que o Edital do certame é claro ao classificar como “indício de inexecuibilidade” a oferta de inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, o que não ocorreu no caso em tela.

12. Como se retira dos documentos entregues pela **APC** em virtude do processo de contratação, o valor da proposta final por ela ofertado foi de R\$ 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos reais), valor consideravelmente superior aos parâmetros de inexecuibilidade da presente licitação:

26. PREÇO

26.1 - O valor global estimado para esta licitação é de R\$ 145.284,76 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

13. Tendo em vista o preço estimado da contratação, orçado pela Administração, tem-se que somente podem ser considerados suspeitos de inexecuibilidade valores inferiores a R\$ 72.642,38 (setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos).

14. Nesse contexto, cogitar eventual desclassificação da **APC**, por suposta inexecuibilidade de sua proposta, consiste em descumprir o contido nos itens 11.1 e 11.2, do Edital de Licitação, o que se mostra ilegal, por afronta ao art. 3º, da Lei nº 14.133/2021 e o princípio de vinculação ao edital.

15. Vale destacar que a jurisprudência do TCU condena a desclassificação de licitante mediante utilização de critério de julgamento não previsto no ato convocatório:

A adjudicação e a homologação do objeto do certame à empresa declarada vencedora com base em critério de classificação desconforme com os requisitos do edital e do termo de referência, introduzido em sistema oficial (Comprasnet) sem a republicação do instrumento convocatório, afronta os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. (TCU, Acórdão nº 1.681/2013 – Plenário. Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 03/07/2013).

16. Em complemento, cumpre lembrar da lição de HELY LOPES MEIRELLES, para quem *“O edital é lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu”*¹.

17. Pelo exposto, considerando que a proposta da APC é mais de vinte mil reais superior aos valores de mero indício de inexecuibilidade, não merecem acolhida os argumentos apresentados pela Recorrente.

IV.II. Da ausência de comprovação das alegações da JM.

18. Respeitosamente, o recurso administrativo interposto pela empresa **JM** não merece acolhida também pelo fato de trazer apenas alegações vazias, sem qualquer lastro ou comprovação de seu conteúdo, em manifesta contrariedade às normas legais.

19. A regra geral acerca da distribuição do ônus da prova é que compete à parte fazer prova de suas alegações. Esse é o entendimento extraído do texto do art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil², e do art. 36, da Lei nº 9.784/1999, ambos de aplicação subsidiária ao presente caso.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. 14. ed. Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro (atual.). São Paulo: Malheiros Editores, 2006. p. 40.

² Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

20. Em processos administrativos, a prova tem a função de colaborar com a formação do convencimento da autoridade julgadora sobre matéria de fato, voltando-se ao esclarecimento de circunstâncias do caso concreto.
21. Considerando o contexto fático do presente caso, há documento apto a comprovar que o preço ofertado pela APC não contém nenhum indício de inexequibilidade. De outro lado, a alegação feita pela **JM** não encontra amparo em nenhum documento, cálculo ou qualquer outra prova lícita que indique a existência sequer de indícios do que ela veiculou em suas razões recursais.
22. A irresignação da JM, respeitosamente, não passa de mera irresignação com o resultado da licitação. Descontentamento infundado, que não encontra lastro em qualquer documento que ateste a inexequibilidade da proposta da APC.
23. Também por conta disso, e sob pena de afronta ao art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e ao art. 36, da Lei nº 9.784/1999, deve-se, respeitosamente, manter incólume o resultado do certame licitatório.

IV.III. Pela eventualidade: do dever de diligência.

24. Conforme visto, o ordenamento jurídico vigente impõe que, no caso concreto, o recurso interposto pela JM seja julgado totalmente improcedente, dado o teor do art. 3º, da Lei nº 14.133/2021, do art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil, do art. 36, da Lei nº 9.784/1999, e do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
25. De qualquer forma, acaso os agentes responsáveis pela avaliação dessas contrarrazões assim não entendam (o que se cogita apenas por apreço ao princípio da eventualidade), deve-se lembrar que a Lei nº 14.133/2021 proíbe a Administração Pública de desclassificar a **APC** antes de abrir diligência, conferindo a esta última a oportunidade de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

26. Esse mandado pode ser deduzido da redação do art. 59, inc. IV e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o qual permite que a Administração realize diligências para aferir a exequibilidade da proposta mais bem classificada no certame.

27. Trata-se de ferramenta salutar, que confere à Administração a possibilidade de corrigir vícios meramente formais, bem como conferir informações prestadas por potenciais prestadores de serviços, de modo a evitar que sujeitos aptos a solucionar suas necessidades, mediante remuneração vantajosa para o órgão ou entidade contratante, sejam irregularmente afastados dos processos de contratação.

28. A realização de diligência para conferência de exequibilidade é autorizada também pelo próprio Edital, em seu item 11.2:

11.2 Caso haja indícios de inexecutabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, inclusive quando o menor preço for inferior a 50% do valor orçado pela Administração, o Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de justificativa do preço apresentado pelo participante, com composição, se for o caso, bem assim poderá realizar diligências, para aferir se o preço proposto é exequível.

29. Além disso, segundo a jurisprudência do TCU, sua utilização é impositiva:

Portanto, **eventual valor muito inferior ao que foi previsto pela Administração no orçamento-base da licitação não é, por si só, indicador absoluto de inexecutabilidade da proposta**, haja vista, por exemplo, a possibilidade de que referido valor orçado contenha equívocos ou a **licitante consiga demonstrar sua capacidade de executar o objeto no valor por ela proposto**. (TCU, Acórdão nº 465/2024 – Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, j. em 20/03/2024) (grifou-se).

30. A importância do instituto da diligência é tamanha que o professor MARÇAL JUSTEN FILHO classifica sua utilização como um dever da Administração:

O laconismo da disciplina legal quanto à realização de diligências não implica existir autonomia da Administração para determinar a sua ocorrência segundo critério de conveniência e oportunidade. A realização de diligência é um dever da Administração e se



configura como um direito do particular. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 794)

31. Em face de todo esse suporte jurídico, ainda que a Administração entenda que a proposta da **APC** possui indícios de inexecutabilidade (o que, conforme visto, não corresponde à verdade e não encontra amparo em qualquer elemento probatório apresentado pela **JM**), não poderá ela, com todo o respeito, promover à imediata desclassificação daquela empresa.

32. Ela deverá convocar a **APC** – e a empresa se resguarda o direito de fazer uso dessa prerrogativa no momento adequado –, para que ela lhe demonstre objetivamente a executabilidade de sua proposta..

V. Pedidos

33. Ante o exposto, requer-se o recebimento das presentes contrarrazões, a fim de que o recurso interposto pela empresa **JM** seja julgado integralmente improcedente, mantendo-se a decisão que declarou a APC vencedora do certame em questão.

34. Eventualmente, requer-se a convocação da APC para realização das diligências aptas a comprovarem a executabilidade da proposta declarada vencedora da disputa, em conformidade com normas editalícias e legais.

Termos em que pede deferimento.

Palotina, 15 de outubro de 2024.

APC ESTRUTURAS
METÁLICAS E
CONSTRUTORA DE OBRA
LT:36290750000192

Assinado de forma digital por APC
ESTRUTURAS METÁLICAS E
CONSTRUTORA DE OBRA
LT:36290750000192
Dados: 2024.10.15 13:08:15 -03'00'

APC EST.MET. E CONST. OBRA EIRELI
AILSON PEREIRA DA COSTA
RG 14.775.217-2
PROPRIETÁRIO EMPRESA

A P C – ESTRUTUTAS METÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRA EIRELI
Travessa Paulo Leminski, 38 – Jardim Urbano PALOTINA/PR – 85950-000
FONE: (44)3199-9225 e-mail: contato@apcengenharia.com
APCENGENHARIA.COM CNPJ: 36.290.750/0001-92 IE: 90.839.980-30



PARECER JURÍDICO

Assunto: Análise de Recurso Administrativo e Contrarrazões.

Requerente: JM ENGENHARIA LTDA.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº: 063/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ MOLDADO PARA COBERTURA DO PARQUINHO INFANTIL ESCOLAR que será realizado na Escola Municipal Regente Feijó, situada na rua Francisco Ângelo, 985 para atender a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

Data: 22 de outubro de 2024.

I – Síntese dos Fatos:

Retorna o caderno licitatório para análise jurídica de recurso apresentado pela empresa JM ENGENHARIA LTDA., no qual afirma que “o preço do lote pode ser exequível, e que o desconto realizado chegaria a 33 por cento, que é importante que a administração não tenha problemas futuros com a empresa, com pedido de reequilíbrio, inexecução ou baixa qualidade de serviços”.

Em contrarrazões, a empresa “APC ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRA EIRELI”, diz que “a recorrida se encontra em quarto lugar na classificação, e que os argumentos não procedem, pois não há inexequibilidade da proposta final. Ainda, diz que o edital prevê como indicio de inexequibilidade preço inferior a 50% do valor orçado pela administração”.

Pois bem.

Em síntese, estes são os fatos e fundamentos trazidos pelas empresas participantes, de modo que passarei a fundamentar o parecer pontualmente.

II – Dos Fundamentos Jurídicos:

II.I. Da Suposta Inexequibilidade da Proposta Vencedora:

Neste ponto, mostra-se necessário indicar que o Art. 11 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21), estabelece a obrigação da administração evitar contratações inexequíveis, vejamos:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
(...)

III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Por outro lado, o Edital estabelece que o Agente de Contratação poderá diligenciar quando houver indícios de inexequibilidade, vejamos:

11.1 – Encerrada a etapa de negociação o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, verificará a exequibilidade da proposta nos termos dispostos no artigo 11 do decreto municipal nº 051/2023, e, procederá à aferição do atendimento às condições de habilitação do licitante conforme disposições deste edital.



Procuradoria do Município
Município de São José das Palmeiras



11.2 Caso haja indícios de inexecutabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, **inclusive quando o menor preço for inferior a 50% do valor orçado pela Administração**, o Agente de Contratação poderá solicitar a apresentação de justificativa do preço apresentado pelo participante, com composição, se for o caso, bem assim poderá realizar diligências, para aferir se o preço proposto é exequível.

Pois bem.

Observa-se que o desconto dado pela empresa possui percentual considerável, de aproximadamente 30%, porém, não atinge o montante de 50%, tão pouco causou qualquer preocupação que ensejasse a suspeita ou o indício de inexecutabilidade.

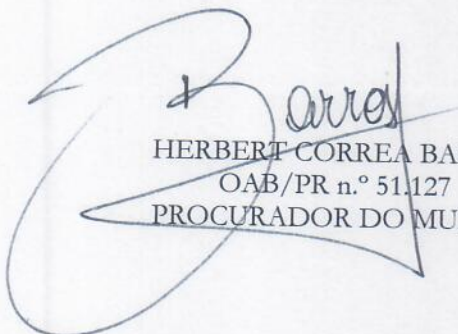
Além disso, nota-se que o item 11.2. estabelece que é prerrogativa do Agente de Contratação a realização de diligência, quando verificado o indício de inexecutabilidade, ou seja, trata-se de dispositivo que outorga poder discricionário.

III – Conclusão:

Diante dos fundamentos expostos, esta procuradoria compreende pelo indeferimento do recurso administrativo da empresa JM Engenharia Ltda.

Este é o parecer.

São José das Palmeiras, 22 de outubro de 2024.


HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR n.º 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 063/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 04/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ MOLDADO PARA COBERTURA DO PARQUINHO INFANTIL ESCOLAR** a ser edificado na Escola Municipal Regente Feijó, sito na rua Francisco Ângelo, 985 – centro, para atender a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras – PR

Diante do exposto no Processo Licitatório 063/2024 Concorrência Eletrônica 04/2024, informo que ACATO o Parecer Jurídico, quanto ao recurso interposto pela empresa JM ENGENHARIA LTDA e contrarrazões de recurso apresentado pela empresa APC ESTRUTURAS METATÁLICAS E CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI

Encaminho ao Prefeito Municipal para a decisão final.

São José das Palmeiras, 22 de outubro de 2024.


CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO: 063/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 04/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ MOLDADO PARA COBERTURA DO PARQUINHO INFANTIL ESCOLAR** a ser edificado na Escola Municipal Regente Feijó, sito na rua Francisco Ângelo, 985 – centro, para atender a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de São José das Palmeiras – PR

Consta Recurso administrativo e suas razões da empresa JM Engenharia Ltda e contrarrecurso e suas razões da empresa APC Estruturas Metatálicas e Construtora De Obras Eireli, Parecer Jurídico do senhor Procurador do Município, despacho do senhor Pregoeiro.

Assim, devidamente analisados os documentos que embasam o recurso e contrarrecurso e o teor, considerando as disposições legais estabelecidas pela norma de regência, Lei 14.133/2021, **NÃO RECONHEÇO** o recurso administrativo interposto pela empresa **JM Engenharia Ltda** e no mérito decido pelo seu **IMPROVIMENTO**, mantendo a decisão do Senhor Pregoeiro.

Comunica-se a parte interessada.

São José das Palmeiras, 22 de outubro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal.